

DJ 20877

Transcol passa por unanimidade*

Com unanimidade dos 28 parlamentares presentes ao plenário da Assembléia Legislativa na tarde de ontem, foi aprovado o projeto de lei que autoriza o Executivo a contrair um empréstimo de cerca de Cz\$ 2 bilhões para executar melhorias no sistema viário e de transporte coletivo da Grande Vitória. A aprovação do projeto só não contou com o voto do pefelista Dilo Binda que estava ausente, e do presidente Dilton Lyrio, que só vota em caso de empate.

A aprovação do projeto só foi possível após uma reunião dos parlamentares estaduais e o governador do Estado ocorrida na segunda-feira à noite. A reunião serviu para esclarecer alguns pontos obscuros do projeto. Na opinião das oposições, foi decisiva para o governador conseguir a aprovação da matéria. Na reunião, o governo acolheu algumas reivindicações das oposições, como a criação de um fundo de renovação da frota, taxa de administração e, o que consideram o mais importante: a criação de um conselho de transportes da Grande Vitória, formado por representantes das diversas federações de moradores, das prefeituras e de diversos outros órgãos ligados ao setor.

Mesmo com a garantia de que o governador havia aceito as reivindicações das oposições, os parlamentares só votaram o projeto após o governador Max Mauro assinar documento se comprometendo oficialmente a acatar as reivindicações. Ao final da tarde o líder do governo, Salvador Bonomo, mostrou o documento assinado às oposições e, em menos de cinco minutos, o projeto foi votado e aprovado.

HISTÓRICO

O projeto de lei do governo do Estado que solicita à Assembléia Legislativa autorização para contrair um empréstimo de cerca de 2 bilhões, criando o Transcol e comprando 220 ônibus, deu entrada no Legislativo ainda no primeiro semestre. Desde então vinha sofrendo obstruções e rejeição não só por parte das oposições, mas também por três peemedebistas: Valcy Ferreira, Douglas Puppim e Hugo Borges.

O projeto chegou a ser requerido de volta pelo governador do Estado, ao sentir que seria rejeitado pelos parlamentares. As principais críticas ao projeto era a proposta de repasse dos 220 ônibus às empresas privadas para administração. O PT propunha a estatização dos transportes coletivos e os três peemedebistas queriam maiores esclarecimentos sobre o projeto.